

1973; Pierre Goubert, "Quarante années d'histoire en France" en *Bulletin de la classe des lettres et des sciences morales et politiques*, tomo 65, n. 5, Bruselas, 1979; y Marc Ferro "Le laboratoire des Annales" en *Magazine littéraire*, n. 212, Paris, nov. 1984.

16. Conjunto de preguntas que subyacen de manera central al trabajo de Fernand Braudel, *Civilización material, economía y capitalismo. Siglos XV-XVIII*, Madrid, 1984, y también a la obra coordinada por él mismo y titulada *L'Europe*, Paris, 1982.
17. Puede seguirse esta polémica consultando los Annales de 1959 y 1960. Varios de los principales trabajos realizados en torno a este debate han sido recogidos en la recopilación, publicada en italiano y titulada *La storia e le altre scienze sociali*, Bari, 1974.
18. Véase el texto "Retour aux enquêtes" de Fernand Braudel, en *Annales. E. S. C.*, Paris, may-jun 1961. Allí Braudel anunciaba, además de la Encuesta sobre la vida material, una segunda Encuesta sobre "La historia, ciencia social actual". Esta segunda Encuesta no se realizó nunca mientras la primera solo se desplegó en torno de uno de los cinco rubros inicialmente marcados.
19. Cfr. la tesis no publicada de Paolo Morawski, *Fernand Braudel, il metodo storico e la VI Sezione de l'Ecole Pratique des Hautes Etudes*, presentada en la Facultad de Lettere e Filosofia de la Università degli Studi di Roma, Roma, 1981-1982.
20. Cfr. el ensayo de Maurice Aymard "Braudel enseigne l'histoire" en Fernand Braudel *Grammaire des civilisations*, Paris, 1987.
21. Cfr. Giuliana Gemelli, *Fernand Braudel e l'Europa universale*, Venecia, 1990 y el ensayo de Maurice Aymard "El itinerario intelectual de Fernand Braudel" en *Memórias de las Primeras Jornadas Braudelianas Internacionales*, México, 1992.
22. Cfr. Fernand Braudel, "Les 'nouvelles' Annales", en *Annales. E.S.C.*, n.3, Paris, 1969.
23. Véase el artículo, firmado 'Los Annales', y titulado "Fernand Braudel. 1902-1985" en *Annales. E. S. C.*, n.1, Paris, 1986.
24. Véase sobre este punto, nuestro ensayo antes citado, "Between Marx and Braudel. Marking history, knowing history".
25. Sobre este proyecto braudeliiano cfr. la *Grammaire des civilisations* antes citada, el artículo "Georges Gurvitch ou la discontinuité du social" en *Annales. E. S. C.*, n. 3, Paris, 1953 y el capítulo 5 del tomo segundo de *Civilización material, economía y capitalismo*, cit.
26. Cfr. "Los Annales en la encrucijada", ensayo nuestro ya citado.

## HISTORIOGRAFIA GAÚCHA

Helga I. L. Piccolo

Várias são as leituras possíveis do título proposto. Tanto pode tratar-se do conhecimento histórico produzido no Rio Grande do Sul ou fora dele sobre o Rio Grande do Sul, como do conhecimento histórico produzido no Rio Grande do Sul sobre áreas de conhecimento que não são a História do Rio Grande do Sul.

Qualquer destas leituras nos remete a um recorte que é regional. E neste sentido nos deparamos com duas questões:

- o conceito do que é regional
- os limites do regional.

O conceito de região (e a partir dele do que é regional, do que é regionalismo e do que é história regional) é reconhecidamente polêmico. Tenha-se presente alguns artigos (ou textos) publicados, como os que integram a coletânea coordenada por Marcos A. da Silva *República em migalhas. História regional e local* (São Paulo, Marco Zero/CNPq, 1990). Os textos que compreendem a 1ª parte do livro foram apresentados numa Mesa Redonda sobre História Regional no XIII Simpósio da ANPUH (Curitiba, 1985). Chamamos atenção para o texto já clássico de Rosa Maria Godoy Silveira *Região e história: questão de método*, onde o referencial teórico é marxista e a influência da geografia nova - leia-se Milton Santos - é evidente.

Neste mesmo livro, na 2ª parte - Estudos de Caso - Maria de Lourdes Mônaco Janotti, tendo como objetivo analisar o que foi produzido sobre São Paulo no período republicano, insere no seu texto a pergunta: *Historiografia, uma questão regional?*

Confrontando os dois textos citados, é possível avaliar como o tema é complexo e permite diversas (e divergentes) abordagens.

Isto também é evidente quando se lê o livro *História regional, uma discussão*, da Série Seminários do Núcleo de Estudos Regionais da UNICAMP, publicado em 1987. Dos quatro ensaios, três "discutem a

Helga I. L. Piccolo é professora do PPG em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

problemática teórica que envolve o conceito de região e sua realidade histórica<sup>21</sup>.

Mais recentemente, em 1993, o Centro de Estudios Regionales da Universidad del Norte (Barranquilla, Colombia) publicou (é o número 5 da Série Monografias), de Joseph Love, *Una aproximación al regionalismo*, onde o autor de o *Regionalismo gaúcho* afirma que “região e regionalismo são termos com uma grande variedade de significados na literatura acadêmica e se podem definir melhor dentro do contexto de um problema específico”.

Retornando (e muito) no tempo, recuperamos Marc Bloch (medievalista). Num estudo de 1913 sobre a “Ile-de-France”, ele perguntava “Porque devemos esperar que o jurista interessado no feudalismo, o economista que está estudando a evolução da propriedade no interior do país nos tempos modernos e o filólogo que trabalha os dialetos populares tenham todos que respeitar fronteiras precisamente idênticas?”

Entra, assim, na outra questão, a dos limites. Com muita clareza diz Peter Burke na sua obra sobre a Escola dos Annales (traduzida por Nilo Odália e publicada pela UNESP em 1991) referindo-se ao estudo de Marc Bloch sobre a Ile-de-France: “Num estudo de caráter regional, Bloch aprofundou-se tanto a ponto de por em questão a própria noção de região, argumentando que esta dependia do problema que se tinha em mente.”

Esta questão dos limites (ou das fronteiras) foi, como problema, analisado por Ieda Gutfreind em *Região: um conceito reavaliado*, publicado nos Anais do VII Encontro Nacional e V Regional de História, realizado de 12 a 14 de outubro de 1990 em Montevideo<sup>2</sup>. Anais dos quais também consta a comunicação da professora Heloisa Reichel *A região platina nos séculos XVII e XVIII: espaço identificado*, em que ela objetiva fazer “uma análise dialética entre o conceito e a realidade, para um melhor entendimento do que se pode denominar de Região Platina”, região na qual o Rio Grande do Sul é inserido.

Como muito bem chama a atenção a professora Ieda Gutfreind, “ob-servando-se mapas do atual Rio Grande do Sul e os de épocas passadas, verifica-se que seu formato geográfico apresentou-se diferentemente”.

Então é evidente que o Rio Grande do Sul de hoje (visto por nós, aqui, simplesmente como uma unidade da federação com limites políticos definidos, sem tomarmos em consideração o problema que subsiste entre o Brasil e o Estado Oriental no que tange a soberania sobre uma ilha do rio Quaraí que, quando o rio sobe, desaparece), não é o que foi a Capitania d’El Rei no século XVIII, século que na sua 2ª metade assistiu à destruturação do complexo missionário submetido, no temporal, à Coroa da Espanha.

um processo de construção do conhecimento histórico. A Historiografia não pode prescindir da bibliografia, mas não pode restringir-se à enumeração de autores e obras. A Historiografia pressupõe uma análise crítica do processo de construção do conhecimento histórico, isto é, ela analisa como evoluiu o estudo da história, como evoluiu o “fazer História”.

E, por isso, obras ou textos sobre Historiografia também devem ser vistos como produção do conhecimento histórico.

Neste sentido, a tese de doutorado da professora Ieda Gutfreind (publicada com o título *A historiografia rio-grandense* pela Editora da UFRGS, em 1992) é, inquestionavelmente, um marco, embora seu objeto, em termos cronológicos, não abranja a década de oitenta. O título original da tese *A construção de uma identidade: a historiografia sul-riograndense de 1925 a 1975*, defendida na Universidade de São Paulo em 1989, é explícito sobre os marcos cronológicos.

Se Marlene Medaglia Almeida analisou a *Historiografia rio-grandense na primeira república* no seu trabalho de conclusão do 2º Curso de Especialização em História do Rio Grande do Sul realizado pelo Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul de 1978 a 1979; se a mesma professora elaborou como dissertação de mestrado em Sociologia (também na UFRGS em 1983) a *Introdução ao estudo da historiografia sul-rio-grandense: inovações e recorrências do discurso oficial (1920-1935)*; se o professor Luiz Henrique Torres da Fundação Universidade do Rio Grande foi autor de *O discurso historiográfico referente à participação indígena na formação histórica sul-rio-grandense (1919-1964)*, como dissertação de mestrado defendida na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul em 1990; se o mesmo professor ampliou seu objeto no artigo publicado na Revista BIBLOS, volume 5, correspondente a 1993 (lembrando que a Revista é publicada pelo Departamento de Biblioteconomia e História da FURG) com o título de *A crítica historiográfica no Rio Grande do Sul (décadas de 1960-80)*; percebemos que os autores citados fizeram uma análise da produção histórica sobre o Rio Grande do Sul que abrange praticamente todo o século XX.

Assim, para não ser redundante, pouco nos resta para falar sobre a Historiografia Contemporânea do Rio Grande do Sul.

Algumas colocações nos parecem pertinentes:

1) Qualquer que seja a leitura do que seja Historiografia Gaúcha, estamos diante de um leque muito grande de textos produzidos. Nosso objetivo é fazer uma pequena amostragem do que vem sendo produzido (seja no ou fora do Rio Grande do Sul) e que tenha como objeto de pes-

E aí temos outra questão polêmica colocada e que o livro de Moysés Vellinho *Capitania d’El Rey* agudizou a partir da sua publicação pela Editora Globo em 1964.

A questão missionária - hoje um dos objetivos de pesquisa mais recorrentes na Historiografia gaúcha - coloca perguntas: se falamos de História Colonial do Rio Grande do Sul, de que Rio Grande do Sul estamos falando? É o Rio Grande do Sul de ocupação e colonização portuguesas? Como ficam, então, as Missões Jesuíticas da margem esquerda do Rio Uruguai, isto é, as chamadas Missões Orientais? A História do Rio Grande do Sul é, pois, uma história portuguesa? Ou também é uma história espanhola e/ou platina? E se as Missões estão relacionadas com populações indígenas, a história dos grupos indígenas que tinham seu habitat no território que é hoje o Rio Grande do Sul, deve ou não ser incluída numa História do Rio Grande do Sul? Sustenta-se, teórica e metodologicamente, falar em Pré-História?

A leitura do que escreveu Ieda Gutfreind sobre “a exclusão do discurso platino da Historiografia Sul-Riograndense”<sup>23</sup> nos dá uma idéia das dimensões problemáticas dessa questão.

São essas considerações por nós feitas, algumas de tantas que poderiam ser feitas para mostrar como é complexo e difícil tratar de uma Historiografia dita regional.

O certo é que, já no século passado havia quem defendesse que, para escrever a História do Brasil, era preciso tomar em consideração a história das províncias. Escrevendo de Munique (Bavária) em 10 de janeiro de 1843, o grande naturalista alemão Von Martius enviava ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o seu trabalho *Como se deve escrever a História do Brasil*, pelo qual foi premiado pelo sodalício. Fazendo uma leitura crítica do trabalho<sup>4</sup>, Nilo Garcia diz que “inteira razão teve o cientista bávaro em destacar a diversidade e as falhas dos estudos regionais; em acentuar a ausência de investigações a respeito de várias regiões e, principalmente, a ausência de síntese”. E concordando com Nilo Garcia, o fato é que, ainda hoje, permanecem as referidas carências<sup>5</sup>.

Se dizemos que há “carências” nos estudos sobre o Rio Grande do Sul, isto nos remete ao que foi e está sendo produzido em termos de conhecimento histórico sobre o Rio Grande do Sul.

Pediram-me para falar sobre a Historiografia contemporânea, cronologicamente demarcada, isto é, década de oitenta até hoje. E sem querer aqui problematizar, lembramos que o termo “contemporâneo” é polissêmico quando se pergunta: História contemporânea ao quê?

Assim como a História é um processo, a Historiografia também é

quisia uma temática relacionada com o processo histórico sul-riograndense (repetindo que o Rio Grande do Sul é visto, aqui, como a unidade da federação brasileira que, hoje, tem limites político-administrativos definidos). Sendo uma amostragem, ela tem muito de subjetivo nas escolhas feitas e é lacunar, ou seja, não é exaustiva e não abarca tudo o que foi produzido.

2) Como há problemas relacionados com o mercado editorial, muito do que foi publicado de 1980 em diante, não foi produzido dentro dos marcos cronológicos estabelecidos<sup>6</sup>. E muito do que foi produzido, infelizmente não foi publicado. Além do que, há que referir re-edições. É o caso, por exemplo, de *O continente do Rio Grande* de autoria de José Honório Rodrigues, publicado em 1953 e re-editado em 1986 pela Brasiliense na Coleção “Tudo é História” (vol. 111). Se reconhecido é que, excetuando os estudos missionários, o chamado período colonial vem sendo pouco trabalhado, a reedição da obra de José Honório Rodrigues se justifica. Se em termos informativos (ou empíricos) não traz nada de novo, ou seja, que não se conheça é, no entanto, um texto que deve ser considerado pelo tratamento metodológico uma vez que sua leitura nos informa como se “fazia” história há quarenta anos atrás<sup>7</sup>.

3) Uma análise da Historiografia do Rio Grande do Sul da década de oitenta até hoje, não pode deixar de levar em conta obras que embora não tenham sido produzidas dentro destes marcos cronológicos (isto é, foram produzidas e publicadas antes) foram e continuam a ser quase que paradigmas, uma vez que a sua influência foi e continua a ser muito grande como referencial. Destacamos:

- *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*, de Fernando Henrique Cardoso, cuja primeira edição, pela DIFEL, é de 1962.

- O texto sobre Porto Alegre, de autoria de Paul Singer, publicado em *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*, co-edido pela Editora Nacional e pela EDUSP em 1968.

- Os dois volumes sobre a *Colonização alemã e o Rio Grande do Sul*, de Jean Roche, publicados pela Editora Globo em 1969.

- *Rio Grande do Sul and Brazilian Regionalism*, de Joseph Love, publicado pela Stanford University Press em 1971 e cuja tradução *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930* foi publicada em 1975 pela Editora Perspectiva de São Paulo.

E ao citar Joseph Love, queremos “en passant” referir-nos aos “brazilianists” dizendo que sua produção sobre a História do Rio Grande do Sul é pequena. Lastimamos que outra tese, *Gaúcho Politics in Brasil. The Politics of Rio Grande do Sul, 1930-1964*, de Carlos E. Cortés,

publicada pela University of New México Press em 1974, continua à espera de um Editor que dela publique, no Brasil, uma tradução.

Como observação fica registrado que não entramos numa análise da produção dos brasileiros - tema também polêmico - porque isto já foi feito por José Carlos Sebe em *Introdução ao nacionalismo acadêmico* (Coleção Primeiros Vãos, Brasiliense, 1984), texto que ensejou uma réplica da parte de Fernanda Peixoto Massi, publicada no volume 5 da Revista de Estudos Históricos da Fundação Getúlio Vargas com o título de *Brasilianismos, 'brasilianists' e discursos brasileiros* ao que Sebe respondeu, no volume 7 da mesma Revista com *Decifra-me ou devorote: nacionalismo acadêmico X brasilianismo*.

Escolhemos como centralidade para a exposição, aquilo que consideramos como a mais evidente característica da Historiografia sul-riograndense da década de oitenta até hoje: é nela que se acentua em definitivo a diferença entre a produção do conhecimento histórico feita dentro da Academia e a feita fora da Academia<sup>8</sup>.

Os anos 80 para os anos 90, na Academia, constituem o período em que se implantaram (na UFRGS e na UNISINOS) ou se consolidaram (PUCRS) os Cursos de Pós-Graduação em História, onde a produção de dissertações de mestrado (e, até agora duas teses de doutorado na PUCRS) em número muito significativo vem contribuindo efetivamente para o desenvolvimento científico da área.

Tendências já perceptíveis na década de 70 se cristalizam nos anos 80:

- Preocupações com temas de História Econômica e/ou Social, perdendo espaço a tradicional História Política. E, mais recentemente, o transitar para uma História dita Cultural<sup>9</sup>. Mas quando se diz que a História Política perdeu espaço, isto não quer dizer que ela deixou de ser produzida, mas o foi com outras ênfases. As pesquisas sobre o poder local, os estudos sobre relações de poder, sobre o sistema partidário (especialmente sobre o Partido Republicano Riograndense), sobre integralismo e fascismo, por exemplo, o comprovam<sup>10</sup>.

- Preocupações teóricas, sendo marcante a influência marxista, com ênfase nas estruturas e não nos fatos, mas aparecendo, muitas vezes, a teoria deslocada do empírico trabalhado. Encontram-se pesquisas compostas de duas partes não articuladas: a teoria exposta num capítulo inicial deixa de subsidiar a análise feita em capítulos subsequentes que se transformaram, às vezes, em narrativas no melhor estilo positivista. Isto vem sendo superado pela articulação entre o teórico e o empírico, articulação que perpassa todo o texto.

48

Anos 90

a Psicologia. E, às vezes, é difícil fazer uma leitura que estabeleça limites entre as diversas ciências. O que se quer dizer é que a produção do conhecimento histórico muitas vezes pode ser classificada como produção de conhecimento em Ciência Política, em Sociologia, em Antropologia, em Economia e vice-versa<sup>11</sup>. Percebe-se, aqui, o que a Historiografia em outros países já assinalava há mais tempo: a imprecisão dos limites entre as chamadas Ciências Humanas e/ou Sociais.

- Decorrente dos novos objetos, dos novos problemas e das novas abordagens, sentiram os pesquisadores a necessidade de buscar e utilizar novas fontes e não apenas documentos escritos de lavra oficial. É realmente fantástico o resultado das pesquisas que trabalham, por exemplo, fontes policiais e judiciárias e as que se valem da imprensa dela fazendo análises de discurso.

- A História do Rio Grande do Sul mais e mais vem sendo articulada à História do Brasil (e não é para "provar" que o Rio Grande do Sul é brasileiro) e mais recentemente à História Platina. O que queremos dizer é que o fato de se estar "fazendo" História do Rio Grande do Sul não significa que se está deixando de fazer, também, História do Brasil e/ou do Prata. Assim como é indiscutível que a História do Rio Grande do Sul se insere na História do Brasil, essa mesma História do Rio Grande do Sul faz parte da História Platina.

E aqui cabe uma constatação: tomando como referência o projeto editorial que se consubstanciou na *História geral da civilização brasileira*, publicada pela DIFEL, nos seus três tomos e 11 volumes, a presença do Rio Grande do Sul é mínima. Assim, uma análise do "separatismo gaúcho" não pode deixar de tomar em consideração que a "exclusão do Rio Grande do Sul" da comunhão brasileira está no (in)consciente de parte da intelectualidade que se diz nacional.

De outro lado, pesquisadores orientais (e citamos, para exemplificar, Pível Devoto, José Pedro Barrán e o "grupo" de Lúcia Sala de Tournon) são enfáticos na interferência da História do Brasil (e do Rio Grande do Sul) no processo histórico uruguaio<sup>12</sup>.

- A maquiagem utilização de conceitos (formulados a partir de realidades externas ao Brasil e, portanto, ao Rio Grande do Sul) merece uma profunda reflexão uma vez que se trata também de uma questão polêmica sobre a qual não há consenso. Vale a pena refletir sobre o que escreveu o historiador alemão (e aproveitamos a ocasião para dizer que nenhuma influência tem a Historiografia alemã na Historiografia sul-riograndense) Reinhart Kosellek no nº 10 da Revista Estudos Históricos (1992) editada pela Associação de Pesquisa e Documentação Histórica que congrega

50

Anos 90

Com esta observação não queremos dizer que a narrativa como forma de escrever história está superada ou não é válida. Peter Burke na obra por ele coordenada *A escrita da história*<sup>13</sup> é autor de um artigo que consideramos (do que conhecemos até este momento) um texto que diríamos definitivo *A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa* (publicado na Inglaterra em 1991). E é extremamente interessante uma comparação entre o que ele escreveu e o que escreveu Pierre Nora (*O retorno do fato*) em *História: novos problemas* (o texto é de 1972) para se ter uma idéia de como evoluiu, em mais ou menos 20 anos, o acontecimento e/ou o fato e a narrativa na concepção de historiadores.

- Podendo parecer contraditório, mas não é, na década de 80 quando a influência marxista é marcante, o "modelo marxista", mecanicista, etápista, começou a ser questionado sob o impacto da "Nouvelle Histoire". A reificação do teórico foi relativizada mas cabe salientar que o marxismo, como método de análise, não foi abalado.

- Em decorrência dessas preocupações teóricas e metodológicas, assinala-se a necessidade que teve o pesquisador de buscar e utilizar maciçamente conceitos.

Numa análise mais ou menos global dessas tendências (que não são as únicas), diríamos que:

- Elas evidenciam como paradigmas "L'École des Annales" e sua herdeira "La Nouvelle Histoire" (ambas francesas) e o neomarxismo inglês. Mas em relação à Escola dos Annales, pouca influência no Rio Grande do Sul teve no "escrever história" o recurso metodológico que é a História Quantitativa ou Serial<sup>14</sup>. E relativamente recente é a utilização de outro recurso metodológico que é a História Oral (não confundida com entrevista).

- Novos temas (ou objetos), novos problemas, novas abordagens entraram nas preocupações dos pesquisadores, mostrando que tudo pode ser objeto de pesquisa histórica. Os títulos e os objetos das dissertações de mestrado, o comprovam. E alguns dos chamados "velhos temas" que pareciam esgotados, são repensados a partir de novas perguntas a eles feitas.

- O fato (ou acontecimento) que retorna, não interessa mais por si e em si. Passou a ser estudado na conjuntura em que se insere. A obra histórica produzida na Academia, deixou de ser uma História factual em torno dos chamados grandes acontecimentos, na qual o documento escrito (especialmente o documento oficial) falava por si.

- A interdisciplinaridade se acentua. Cada vez mais os historiadores se aproximam de outras ciências ou áreas de conhecimento. Se a Sociologia foi inicialmente a grande vedete, hoje o são a Antropologia e

Anos 90

49

pesquisadores do CPDOC/FGV. No seu artigo *Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos*, Kosellek analisa o que possa vir a ser um conceito a respeito do qual poder-se-ia conceber uma história. Diz, entre outras coisas, que para a elaboração do *Dicionário de conceitos* (no qual participou) foram selecionadas as "palavras cujos sentidos interessavam, a saber, conceitos para cuja formulação seria necessário um certo nível de teorização e cujo entendimento é também reflexivo". E mostra com exemplos como conceitos servem para determinadas realidades e não servem para outras, isto é, há conceitos que servem para determinados acontecimentos e não servem para outros. Assim, os conceitos como palavras, nem sempre definem o objeto. Uma destas palavras é revolução. O conceito de revolução que serve, por exemplo, para definir a Revolução Francesa pode não servir para definir outras revoluções. Diríamos nós que parece fora de dúvida que o conceito que define a Revolução Francesa certamente não define a Revolução Farroupilha. Portanto, ainda conforme Kosellek, o conceito ao ser teorizado, se constrói a partir do objeto de pesquisa. A dificuldade que isto encerra, a professora Sílvia Petersen - das poucas pesquisadoras que se preocupam com a teorização - já assinalou nos seus estudos sobre o cotidiano<sup>15</sup>. E como dizia Paul Veyne no seu *Comment on écrit l'histoire* (que é de 1971): "O desejo frequentemente expresso, de ver a História definir com precisão os conceitos de que se serve, e a afirmação de que esta precisão é a condição básica dos seus progressos futuros, constituem um belo exemplo de falsa metodologia e de rigor inútil."

Descendo mais ao específico, constata-se que no Rio Grande do Sul de 1980 a 1993, quatro acontecimentos (que na Academia não foram tratados como o fazia - e, ainda, o faz - a chamada história tradicional, isto é, numa "visão de cima", no sentido de concentrar-se nos grandes feitos, dispostos linearmente, dos grandes homens, estadistas, militares, etc.) foram o referencial para ou o objeto de uma vasta - e com variada abordagem - produção historiográfica:

- O cinquentenário da Revolução de 30. Leia-se o que foi apresentado no Simpósio sobre a Revolução de 1930 realizado pela UFRGS e no I Simpósio de História Ibero-Americana realizado pela PUCRS<sup>16</sup>. Não só as abordagens são variadas; variados são também, os tratamentos teóricos e metodológicos.

E, aqui, cabe inserir o que fora do Rio Grande do Sul foi produzido e diz respeito à História Política do Rio Grande do Sul. Na nossa opinião, o melhor texto é o de Maria Helena de Magalhães Castro *O Rio Grande do Sul no pós-30: de protagonista a coadjuvante*<sup>17</sup>.

Anos 90

51

- O sesquicentenário da Revolução Farroupilha. Não reiterando o já visto (embora isto também ocorreu), inúmeros textos foram produzidos - e exemplificamos com *Revolução Farroupilha: história e interpretação*<sup>18</sup> - repensando a guerra civil, não se preocupando com as ações armadas e com o heroísmo dos farrapos, tão presentes, até hoje, na memória sul-riograndense e sempre lembrados no "discurso" separatista.

- O centenário da abolição da escravatura. Também como exemplo de novas leituras do escravismo e da abolição, tem-se as comunicações apresentadas no I Simpósio Gaúcho sobre a Escravidão Negra, organizado pelo Departamento de História da PUCRS<sup>19</sup>.

- Os centenários da República e da Revolução Federalista que, na produção do conhecimento histórico, são tratadas articuladamente, como não podia deixar de ser. Podemos estar enganados porque não nos foi possível fazer uma quantificação, mas no ano de 1993 foi o centenário da Revolução Federalista que ensejou o maior número de estudos realizados no Rio Grande do Sul. Sobre o tema e fazendo considerações historiográficas, elaboramos dois textos, um já publicado pela FURG no livro *Pensar a Revolução Federalista*. E, por isso, não vamos repetir aqui o que escrevemos. É nossa opinião que o projeto elaborado pela FURG e o projeto pensado pela Secretaria Municipal da Cultura (de Porto Alegre e que se materializou na Revista *Caderno Porto & Virgula*, nº 3), foram os melhores projetos editoriais sobre a Revolução Federalista. São duas obras que mostram os "outros olhares" possíveis sobre a Revolução Federalista.

É evidente que a produção do conhecimento histórico nos marcos cronológicos em tela, mostra preocupações outras além das relacionadas com os "grandes acontecimentos" citados (Revolução de 30, Revolução Farroupilha, Abolição da Escravatura, República, Revolução Federalista). Enumerar seria enfadonho; mas como exemplificação, destacamos os estudos sobre Porto Alegre (construção do espaço, urbanização, policiamento, classes populares ou subalternas, a moralidade, o lazer, a contratação, a família, a administração, a sua memória, além do processo de industrialização e do movimento operário<sup>20</sup>). E chama a atenção não só o marco cronológico preferencial - final da monarquia e transição para a República (coincidindo com a passagem do escravismo para relações de trabalho livre), ou transição do século XIX para o século XX, como também é significativa a análise sobre a interferência ideológica do Partido Republicano Riograndense com sua base doutrinária positivista.

Se a influência do positivismo sempre é destacada, as análises se ressentem de um estudo que revele até que ponto o contismo foi "prático" e até que ponto o contismo foi rejeitado. É preciso ver a correspon-

vênio com o Instituto Nacional do Livro e a Fundação Pró-Memória, sob o título *Economia e sociedade do Rio Grande do Sul. Século XVIII*<sup>23</sup>.

Outra carência são estudos com caráter científico sobre os municípios. Assim como a História Nacional não pode prescindir da História Regional, esta não pode prescindir das histórias locais. Não é que não existam numerosas obras sobre a história dos municípios, mas boa parte escritas por auto-didatas, por diletantes, são mais crônicas do que outra coisa. Não questionamos que estas obras forneçam informações ou subsídios que, como dados empíricos, são importantes para serem trabalhados com um certo rigor metodológico. O que questionamos é que são estas histórias sobre municípios que centralizam os chamados Simpósios ou Congressos de Micro-História nos quais nunca se discutiu teoricamente o que é micro-história, confundida com uma história local. E micro-história não é isto, como o expõe Giovanni Levi em *A escrita da história*: "A micro-história não pode ser definida em relação às micro-dimensões de seu objeto de estudo. A micro-história em si nada mais é que uma gama de possíveis respostas que enfatizam a redefinição de conceitos e uma análise aprofundada dos instrumentos e métodos existentes".

Conforme Levi, os historiadores<sup>24</sup> que aderiram à micro-história, em geral tinham suas raízes no marxismo, para os quais a questão era como "definir as margens - por mais estreitas que possam ser - da liberdade garantida a um indivíduo pelas brechas e contradições dos sistemas normativos que o governam". Ou, como diz Peter Burke: "hoje (...) os modelos mais atraentes são aqueles que enfatizam a liberdade de escolha das pessoas comuns, suas estratégias, sua capacidade de explorar as inconsistências ou incoerências dos sistemas sociais e políticos, para encontrar brechas através das quais possam se introduzir ou frestar em que consigam sobreviver".

É evidente que não são estas as preocupações daqueles que no Rio Grande do Sul dizem "fazer" micro-história.

E ao falar de carências, permitimo-nos dizer que está na hora de se pensar em sínteses e intensificar estudos em termos de uma história comparada<sup>25</sup>.

Para concluir, citamos dois historiadores, sendo um deles estrangeiro e que teorizou sobre a História: Paul Veyne. No seu clássico *Comment on écrit l'histoire* (publicado, traduzido no Brasil, em 1982 pela Editora da Universidade de Brasília) ele nos diz que:

(...) a história não é capaz de reviver os eventos; o 'vívido', tal como o narram os historiadores, não é o dos atores diretamente envolvidos nos eventos. As especulações feitas sobre eventos escolhidos como

dência entre a teoria e prática, isto é, até que ponto o "discurso" positivista do governo do PRR estava efetivamente presente nas práticas governamentais.

Ao falarmos de positivismo, cabe referir que um intelectual como Alfredo Bosi - portanto um intelectual não "gaúcho" - na sua obra *Dialética da colonização* (1992), tenha analisado, no capítulo 9, *O positivismo no Sul e a arqueologia do estado providência*, belíssima contribuição de alguém que não é historiador profissionalmente falando.

Mais recentemente, na Historiografia, ganham espaço estudos sobre o separatismo em que as peculiaridades do Rio Grande do Sul sempre são enfatizadas<sup>21</sup>.

O conhecimento histórico produzido no Rio Grande do Sul por um pesquisador aqui radicado não revela nenhuma obra que poderia ser classificada como ortodoxamente marxista, a exemplo da tese de livre docência defendida na UNICAMP em 1983 por Décio Saes sobre a *Formação do estado burguês no Brasil* (publicada em 1985 pela Editora Paz e Terra). E muito menos temos uma obra eminentemente weberiana com o emprego dos conceitos-ideais típicos como o fez Fernando Uricoechea na sua tese de doutorado *O Minotauro Imperial*, defendida na Universidade da Califórnia (Berkeley) em 1976<sup>22</sup>.

Se "velhos temas" - como a Revolução Farroupilha e a imigração estrangeira no Rio Grande do Sul - ganham, pelas "perguntas" a eles feitas, novas roupagens e outros significados além do que foi (e é) tradicionalmente visto e reiterado, estes temas acrescidos dos "novos objetos" evidenciam uma preferência pelos séculos XIX e XX (e neste, especialmente a República Velha).

Assim, excetuando os estudos sobre índios e Missões - nos quais o Instituto Anchieta de Pesquisas e o CPG em História, ambos da UNISINOS e o Centro de Pesquisas coordenado pelo professor Arno Kern na PUCRS se destacam - o período colonial pouco vem interessando aos pesquisadores. A fase da colonização portuguesa no Rio Grande do Sul (século XVIII) se constitui um período do nosso processo histórico ainda carente de estudos. Dois pesquisadores, como exceção à regra, merecem ser citados: a professora Helen Osório com sua dissertação de mestrado *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino* (CPG em História/UFRGS, 1990) e o professor Corcino Medeiros dos Santos, da Universidade de Brasília, autor de numerosos textos/artigos sobre o Rio Grande do Sul do século XVIII, com destaque para seu livro (Prêmio Literário Nacional do Instituto Nacional do Livro) publicado em 1984 pela Companhia Nacional em con-

objeto de estudo são para o historiador 'a descoberta de um limite'. Esse limite é o seguinte: em nenhum caso, o que os historiadores chamam um evento é apreendido de uma maneira direta e completa, mas sempre, incompleta e literalmente, por documentos ou testemunhos, ou seja, por indícios.

O outro, na verdade, outra pesquisadora, é especialista em História do Rio Grande do Sul, História sobre a qual tem uma vasta produção de reconhecido valor. Ao participar da Mesa Redonda sobre História Regional no XIII Simpósio da ANPUH (Curitiba, 1985), Sandra J. Pesavento dizia na sua comunicação *História regional e transformação social*:

(...)nunca se produziu tanto em termos de história regional como hoje, com publicações de obras e artigos que vão desde o plano didático, com as comemorações oficiais do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha até o âmbito universitário, onde trabalhos com linguagem mais sofisticada reproduzem velhos clichês de 50 anos atrás. O saldo, contudo, é o mesmo: uma história regional comprometida com a permanência, com o imobilismo, com a restauração de velhos ideais elaborados em função de outras realidades.

Entendemos que isto já seria questionável na época em que foi dito. Hoje, a generalização implícita na fala da professora, exige outra leitura em que, no mínimo o seu conteúdo seja relativizado. A produção historiográfica, especialmente a feita na Academia, não se enquadra no que a professora afirmou.

#### NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Os três textos são: *A importância dos estudos regionais para as Ciências Sociais*, de Ademir Gebara; *Estado, espaço e região: novos elementos teóricos*, de Paulo H. N. Martins; *Região, estado e capitalismo*, de Héctor H. Bruit.
- Annales*, ano 2, nº 2, publicados pela Junta Regional de História e Estudos Conexos, Montevideo - Uruguay.
- Leia-se de Ieda Guttfreid: *A exclusão do discurso platino da historiografia sul-riograndense*, nos citados *Annales: Historiografia sul-riograndense contemporânea e a tese da lusitanidade de Maysés Vellino*, Cadernos de Estudo nº 4, CPG em História/UFRGS, maio de 1991; *A historiografia rio-grandense*, Editora da UFRGS, 1992.
- O texto foi reeditado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, como o nº 1 da Coleção Capistrano de Abreu, em 1991. Esta re-edição é acompanhada de Notas e Comentários de autoria de Nilo Garcia.

5. Compreendendo a importância dos estudos regionais, a Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, nas suas reuniões anuais, vem promovendo sessões sobre História Regional. Vide Anais publicados e referentes às XII Reuniões Anuais realizadas.
6. Exemplificamos com a obra de Maximiliano Beschoren *Beiträge zur nähern Kenntnis der brasilianischen Provinz São Pedro do Rio Grande do Sul*, publicada em Berlim em 1889. Traduzida como *Impressões de viagem na Província do Rio Grande do Sul, 1875-1887*, foi publicada por Martins Livreiro Editor, Porto Alegre, 1989.
7. Em termos de reedições deve ser lembrado o projeto editorial da ERUS-Estante Rio-Grandense União de Seguros. Outro projeto editorial do qual constam obras que interessam à História do Rio Grande do Sul, é o da Coleção Reconquista do Brasil da Editora Itatiaia Limitada / Editora da Universidade de São Paulo, centrada em re-edições.
8. Quando falamos em "fora da Academia", os Institutos Históricos são "locus" privilegiados. Não falaremos desta produção, porque o que escreveu Ieda Gurfreind na sua tese de doutorado, envolvendo membros do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, continua válido (com algumas exceções significativas) para a década de 80 em diante. Também não se trata de emitir um juízo de valor, mas assinalar como o fez José Murilo de Carvalho como relator do Congresso Nacional de História da Propaganda, Proclamação e Consolidação da República no Brasil, organizado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1989, que os "critérios utilizados no meio acadêmico não são nem melhores nem piores do que os que são utilizados no IHGB, (...) mas eles são diferentes".
9. É nos textos produzidos pela professora Sandra J. Pesavento que se acompanha com muita clareza esse transitar. Compare-se a sua tese de doutorado publicada em 1988 pela Editora Mercado Aberto - "A burguesia gaúcha. Dominação do capital e disciplina do trabalho, RS 1889-1930" - com texto publicado na Revista Ensaios da FEE (Ano 14 - nº 2, Porto Alegre, 1993) - "A invenção da sociedade gaúcha".
10. Afé incluem a tese de doutorado de Loiva Otero Félix "Coronelismo, borgismo e cooptação política" (publicada pela Mercado Aberto em 1987); a tese de doutorado de Céli Regina J. Pinto, em parte publicada - "Positivismo. Um projeto político alternativo" (Porto Alegre, L&PM, 1986); a dissertação de mestrado de Eloísa Helena Capovilla da Luz Ramos - *O Partido Republicano Rio-Grandense e o poder local no litoral norte do Rio Grande do Sul, 1882/1895* (CPG em História/UFRGS, 1990); o livro de René Gertz - *O fascismo no sul do Brasil. Germanismo, nazismo, integralismo* (publicado pela Mercado Aberto, Porto Alegre, 1987).
11. Peter Burke (Org) - *A escrita da história. Novas perspectivas*. São Paulo, UNESP, 1992.
12. Como exceção, citamos a dissertação de mestrado de Hugo Alberto Pereira Neves - *O porto do Rio Grande no período de 1890-1930*, publicada na

56

Anos 90

*Simpósio sobre a Revolução de 30*. Porto Alegre, ERUS, 1983. I Simpósio de História Ibero-Americana - "Processo Revolucionário de 1930". Revista Estudos Ibero-Americanos, vol. VII, nºs 1-2. Porto Alegre, PUCRS, julho e dezembro de 1981.

17. Publicado em *Regionalismo e centralização política. Partidos e constituinte nos anos 30* (coord. de Angela Maria de Castro Gomes). Rio de Janeiro. Ed. Nova Fronteira, 1980. Os acontecimentos relacionados com a Revolução de 30 - vista como um processo e não como um fato - foram articulados sem que haja maiores preocupações teóricas.
18. Décio Freitas et alii - *A Revolução Farroupilha: história & interpretação*. Porto Alegre, Ed. Mercado Aberto, 1985.
19. Anais do I Simpósio Gaúcho sobre a Escravidão Negra. PUCRS, Revista de Estudos Ibero-Americanos, (V). XVI, nºs 1 e 2, julho e dezembro de 1990. Em dissertações de mestrado na PUCRS, temas relacionados com o escravismo são recorrentes.
20. Um estudo se destaca: é a tese de doutorado de Margaret Marchiori Bakos - *A continuidade administrativa no governo municipal de Porto Alegre, 1897-1937*, defendida na FFLCH da USP em 1986. Entre os pesquisadores que se debruçaram sobre Porto Alegre, estão Francisco Riopardense de Macedo (dele leia-se a mais recente *História de Porto Alegre*, Editora da UFRGS, Série Síntese Rio-Grandense, nº 10, 1993) e Sandra Jatay Pesavento (entre outros textos, citamos *Memória Porto Alegre. Espaços e vivências*, por ela coordenado. Publicação da Editora da UFRGS em co-edição com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre. A cidade também ganha espaço no seu livro *O cotidiano da república*, nº 3 da série Síntese Rio-Grandense, publicado pela Editora da UFRGS em 1990). Mas é nos Cursos de Mestrado em História, tanto da PUCRS como da UFRGS que se percebe uma certa preferência por temas relacionados à capital. Disto são exemplos, entre outras: *Italianos em Porto Alegre e o movimento operário (1875-1919)*, de Stella Maris Araújo Borges. PUCRS, 1990. *Os sefaradim em Porto Alegre*, de Marta Rosa Borin. PUCRS, 1993. *Sexualidade e poder na belle époque de Porto Alegre*, de Sílvio Marcus de Souza Correa. PUCRS, 1993. *Produção e uso dos espaços centrais à beira-rio em Porto Alegre (1809-1860)*, de Luiz Felipe Alencastre Escosteguy. PUCRS, 1993. *Infância em perigo: a assistência às crianças abandonadas em Porto Alegre (1837-1880)*, de Jurema M. Gertz. PUCRS, 1990. *A inscrição da modernidade no espaço urbano de Porto Alegre*, de Charles Monteiro. PUCRS, 1992. *A nova polícia: a Guarda Civil em Porto Alegre (1929-1938)*, de Rejane Penna Monteiro. PUCRS, 1991. *Códigos de Postura e regulamentação do convívio social em Porto Alegre no século XIX*, de Beatriz Weber. UFRGS, 1992.

58

Anos 90

Revista do Departamento de Biblioteconomia e História da FURG, v.2, n. 1, de janeiro-junho de 1980 e v. 3, n. 1, de janeiro-junho de 1982.

13. As obras citadas na nota 10 o explicitam bem. É difícil dizer se são produções de conhecimento histórico ou de Ciência Política. A dissertação de mestrado de Maria Luiz F. Martini - *Sobre o caboclo camponês. Um gaúcho a pé*, defendida no CPG em Sociologia da UFRGS, em 1993, também se aproxima muito de um trabalho de História. Transitando entre a História e a Economia, temos, para exemplificar, a dissertação de mestrado de Pedro C. Dutra Fonseca - *RS: economia & conflitos políticos na República Velha*, publicada pela Mercado Aberto em 1983. A aproximação entre História e Antropologia pode ser vista no artigo *Rio Grande do Sul e o Brasil: uma relação contraditória de autoria de Ruben George Oliven* e que integra seu livro *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-Nação* publicado pela Editora Vozes, 1992. O inter-relacionamento História/Arquitetura é muito visível nos estudos do Arquiteto Günter Weimer. Leia-se, como exemplo, *Arquitetura da imigração alemã*, publicado em 1983 numa co-edição da Editora da UFRGS e da Nobel, de São Paulo.
14. Sobre a interdependência Rio Grande do Sul/Uruguay, apenas como exemplos, citamos alguns trabalhos recentemente publicados: Oscar Padron Favre - *Sangre indígena en el Uruguay*, 2ª edição impressa em 1987. Gladis Betancor et alii - *Rivera-Livramento: de la integración de hecho a la integración real*. Ediciones del G.I.R. - Grupo de Investigación de Rivera, impresso em 1989. Alfredo Castellanos - *La Cisplatina, la independencia y la republica caudillesca*. Historia Uruguaya, tomo 3, Ediciones de la Banda Oriental, 1991. José Pedro Barrán - *Apogeo y crisis del Uruguay pastoril y caudillesco*. Historia Uruguaya, tomo 4, Ediciones de la Banda Oriental, 1992. Maria Lúcia de Souza Rangel e Lilia Inês Zanotti de Medrano - *El papel del contrabando y la interacción fronteriza del Brasil sureño con El Estado Oriental del Uruguay*. In "Anales" del VII Encuentro Nacional y Vº Regional de Historia, Montevideo, 1990. Helga I. L. Piccolo - *A fronteira entre o Rio Grande do Sul e o Estado Oriental: limite ou integração?* In "Anales", id. ibid. Luiz Roberto Pecoits Targa - *O Rio Grande do Sul: fronteira entre duas formações históricas*. Revista "Ensaio" da FEE, ano 11, nº 2, Porto Alegre, 1991.
15. Leia-se de Sílvia Petersen - *Dilemas e desafios da historiografia brasileira: a temática da vida cotidiana*. Cadernos de Estudo nº 3, CPG em História/UFRGS, maio/1991. Carlos Fico e Ronald Polito no livro *A História no Brasil (1980-1989)* discutem a questão teórica em "Notas para um debate teórico". Ouro Preto, Editora da UFOP, 1992.
16. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Pró-Reitoria de Extensão -

Anos 90

57

*Os subterrâneos de Porto Alegre - Imprensa, ideologia autoritária e reforma social (1900-1919)*, de Anderson Vargas. UFRGS, 1992.

21. *Ordem pública e moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890*, de Cláudia Mauch, UFRGS, 1992. *Entre o deboche e a rapina: os cenários sociais da criminalidade popular em Porto Alegre (1868-1888)*, de Paulo Roberto S. Moreira, UFRGS, 1993. Leia-se os artigos de Teresinha da Silva Bello (*O movimento separatista e a crise econômica*), de Helga I. L. Piccolo (*Da descolonização à consolidação da república: a questão do separatismo versus federação no Rio Grande do Sul, no século XIX*), de Ieda Gurfreind (*Separatismo-federalismo: novas roupagens, modelos antigos*) de René Gertz (*Separatismo e anti-ração*), de Carlos Roberto Winkler (*A congruência da insensatez*), publicados na Revista Indicadores Econômicos, v. 21, n. 3, FEE, novembro de 1993.
22. A tese foi publicada pela DIFEL em 1978. Ela tem um capítulo - o VII - intitulado *O miliciano gaúcho: senhor das distâncias*, extremamente instigante e que nos parece ser o único texto sobre História do Rio Grande do Sul escrito dentro de rígidos marcos não só teóricos, mas metodológicos weberianos. No citado capítulo, as origens da sociedade gaúcha no século XVIII são resgatadas.
23. Embora não seja específico sobre o Rio Grande do Sul, o livro de Walter F. Piazza *O brigadeiro José da Silva Paes. Estruturador do Brasil Meridional* (publicado pela Editora da UFSC em co-edição com a Editora da FURG e com a FCC Edições de Florianópolis, em 1988) interessa à História do estado pelas informações que contém sobre os primeiros tempos da presença portuguesa na região.
24. Cabe lembrar que as observações e a análise feitas por Levi, referem-se em termos de micro-história, ao que está sendo feito basicamente na Itália.
25. Bons exemplos de estudos "comparados" são os feitos por dois pesquisadores com formação histórica, embora, hoje profissionalmente estejam ligados às áreas de Economia e Antropologia. São eles respectivamente Luiz Roberto P. Targa que escreveu *As diferenças entre o escravismo gaúcho e o das "plantations" do Brasil - incluindo no que e por que discordamos de Fernando Henrique Cardoso* (publicado na Revista Ensaios, ano 12, nº 4, Porto Alegre, FEE, 1991) e Ruben George Oliven, autor de *São Paulo, o Nordeste e o Rio Grande do Sul* (publicado na Revista Ensaios, ano 14, nº 2, Porto Alegre, FEE, 1993).

Anos 90

59